



ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS MULHERES – REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2021

1 No dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e um, na plataforma *Teams*, foi realizada a 64ª
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres – CNDM. Estiveram presentes
3 na reunião as conselheiras e os conselheiros titulares e suplentes: Viviane Fernanda Dutra
4 (SNPM/MMFDH – Presidente Substituta); Mariana de Souza Machado Neris (SNPG/MMFDH);
5 Rafael Raeff Rocha (MJSP); Danielle Cristina Lanius (Casa Civil); Vanessa Ferreira de Lima
6 (SGPR); Juliany Santos (MC); Ana Paula Piedade Pedrosa (SETO/ME); Adriana Rodrigues Martins
7 (MRE); Mariléia Silva Paula (SNPPIR/MMFDH); Raquel Álvares Leão (MAPA); Camila Bereohff
8 Pasetto Bastos (MMA); Sônia Maria Zerino da Silva (CNTI); Alessandra Santos de Almeida (CFP);
9 Eunice Aparecida da Cruz (BPW-Brasil); Laudelina Inácio da Silva (ABMCJ); GlauCIA Fátima
10 Barban Morelli (CMB); Maria Dirlene Trindade Marques (Rede Nacional Feminista de Saúde,
11 Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos); Cleide Silva Pereira Pinto (FENATRAD); Celina Alves
12 Padilha Arêas (CTB); Adélia Moreira Pessoa (IBDFAM); Andremara dos Santos (Notório
13 Conhecimento); Maria da Penha Mara Fernandes (Conselheira Emérita - IMP); Jovanna Cardoso da
14 Silva (FONATRAS); Mara Luzia Feltes (CUT); Santa Alves (UNEGRO); Gilcelene Braga
15 Assunção (EIG); Adriana Rosa dos Santos (FMM); Vanja Andrea Reis dos Santos (UBM); Karina
16 Marques (Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência); Evelin Cavalini Santana
17 (ABL); Berenice D'arc Jacinto (CNTE); Lucy Tertulina Araújo Lima (ONCB); Celecina Rodrigues
18 dos Santos (Instituto EcoVida); Nágyla Drumond (CONAM); Patrícia Gonçalves Soares
19 (MORHAN). Coordenadora-Geral do CNDM: Maria Crislane Pinto Pereira.

20

21 **Abertura da 64ª Reunião Ordinária do CNDM (Pleno).** A Presidente Substituta Viviane
22 Fernanda Dutra iniciou a reunião cumprimentando a todos e realizou uma breve apresentação do

23 seu histórico profissional. Passando aos **informes de conjuntura**, a Conselheira Alessandra Santos
24 de Almeida saudou a Presidente Substituta e deu as boas-vindas às novas conselheiras empossadas.
25 Declamou um poema de sua autoria para iniciar os trabalhos dessa gestão. A Conselheira Eunice
26 Aparecida da Cruz informou sobre a realização do 1º Webinário Internacional da BPW-América
27 Latina, na qual contou com a participação da Secretária Nacional de Políticas para Mulheres. A
28 Conselheira Adélia Moreira Pessoa comunicou que enviou, no dia 27 de maio, para o CNDM uma
29 solicitação com exposição de motivos tendo em vista a não aplicação das leis existentes,
30 ponderando que gostaria que fosse examinada por esse Conselho. Discorreu que gostaria de
31 participar da Câmara Técnica de Legislação e Normas. A Conselheira Maria Dirlene Trindade
32 Marques destacou a necessidade de o CNDM discutir sobre o seu funcionamento e a sua forma de
33 responder os acontecimentos da conjuntura, observando que deveria ter se manifestado sobre a
34 recomendação de MMFDH que culminou no veto ao Projeto Despejo Zero e sobre a redução de
35 orçamento para o Conselho e o Ministério. A Conselheira Laudelina Inácio da Silva registrou que o
36 retorno do regime político radical baseado em fundamentos religiosos distorcidos coloca em risco a
37 integridade de milhares de pessoas do Afeganistão, afirmando que o CNDM não pode tolerar esse
38 retrocesso. Solicitou que o Conselho elabore uma moção de repúdio endereçada a Organização das
39 Nações Unidas (ONU). A Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos saudou a todos,
40 especialmente, a Presidente Substituta, as novas conselheiras empossadas. Realizou um
41 cumprimento especial a Conselheira Maria da Penha Mara Fernandes pelo conjunto de experiências
42 e de lutas oferecidas que possibilitaram a criação da terceira melhor lei de proteção dos direitos das
43 mulheres do mundo. Observou que a Lei Maria da Penha precisa de investimento e, sobretudo,
44 atingir e trabalhar com a área da educação. Destacou a necessidade de fortalecimento do controle
45 social, principalmente diante a revogação da resolução com os resultados da 16ª Conferência
46 Nacional de Saúde pelo Ministro de Estado da Saúde, por discordar da Política de Atenção à Saúde
47 da Mulher que tratava do abordo legal e seguro. A Conselheira Andremara dos Santos registrou que
48 existem grandes desafios em relação à efetivação da Lei Maria da Penha, exemplificando. Arrazoou
49 que o CNDM é um foro privilegiado que fez a diferença com a sua luta e seu trabalho pela
50 erradicação da violência contra a mulher. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra saudou a
51 Conselheira Maria da Penha Mara Fernandes, afirmando que é uma honra participar dessa reunião
52 com a sua presença. A Conselheira Glauca Fátima Barban Morelli analisou que é muito difícil ter
53 uma pauta que não seja atingida prioritariamente as mulheres, solicitando que a pauta sugerida por

54 *e-mail* sobre o custo de vida seja apreciada na próxima reunião. Registrou a importância da
55 aprovação, ainda nessa reunião, da moção sobre o apoio ao projeto de distribuição de absorventes
56 higiênicos nos postos de saúde, que está tramitando no Congresso Nacional. A Presidente Substituta
57 Viviane Fernanda Dutra confirmou que a pauta sugerida será apreciada na próxima reunião e
58 solicitou que a proposta de moção seja encaminhada por *e-mail* para análise. Finalizados os
59 informes, submeteu a pauta à aprovação, sendo aprovada por unanimidade, contendo os seguintes
60 itens: 9h às 12h - Abertura da 64ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
61 (Pleno); Aprovação da Ata da 63ª Reunião Ordinária; Relatórios das Câmaras Técnicas: Câmara
62 Técnica Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Câmara Técnica Planejamento e Orçamento,
63 Câmara Técnica de Legislação e Normas, Câmara Técnica Assuntos Internacionais; Eleição da
64 Emérita e três conselheiras de notório conhecimento; 12h às 14h – Almoço; 14h - Apresentação do
65 orçamento; Apresentação do Programa “Abraça o Marajó”; Casa da Mulher Brasileira; Sugestões
66 de melhoria de gestão; 17h – Encerramento. Prosseguindo à **Aprovação da Ata da 63ª Reunião**
67 **Ordinária**, a Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra questionou se haveria alguma
68 manifestação e não havendo, a Ata foi considerada aprovada. Passando aos **Relatórios das**
69 **Câmaras Técnicas**, a Sra. Maria Crislane Pinto Pereira realizou um informe geral sobre o
70 funcionamento das Câmaras Técnicas para conhecimento, destacando as suas competências.
71 Iniciando pela **Câmara Técnica de Legislação e Normas**, a Conselheira Maria Dirlene Trindade
72 Marques elencou os membros presentes e as justificativas de ausência da reunião realizada no dia
73 25 de agosto de 2021 e discorreu que foi debatido o seguinte item de pauta: Item 1. Balanço dos
74 trabalhos desenvolvidos por esta Câmara Técnica de Legislação e Normas: a) Foram realizadas um
75 total de oito moções, sete resoluções e uma nota pública por esta Câmara Técnica; b) Destacou-se a
76 importância do acompanhamento de PL's de interesse das mulheres na Câmara dos Deputados. Foi
77 elaborado o edital de nomeação das novas Conselheiras e informes de conjuntura. Apresentação de
78 ofícios e moções para a Secretaria da Mulher da Câmara; c) Além de análises de projetos com
79 impacto nos direitos das mulheres e acompanhamento aos grupos de trabalho criados pelo CNT,
80 para apresentar estudos das condições de trabalho da mulher e o menor aprendiz. Contribuindo e
81 acompanhando os estudos desenvolvidos; d) A Coordenação-Geral informou que foi enviado à
82 Secretaria da Mulher na Câmara um ofício de atualização dos PL's que tramitam na Câmara sobre a
83 pauta da mulher, solicitando uma atualização trimestral sobre os PL's ao Conselho. E ainda
84 solicitado uma reunião da bancada feminina com o CNDM para alinhar as pautas sobre os direitos

85 da mulher. Registrou o excelente trabalho realizado pela Ex-Conselheira Lucimara na coordenação
86 dessa Câmara, informando que será realizada a eleição da sua nova coordenação e vice-coordenação
87 na próxima reunião. A Conselheira Sônia Maria Zerino da Silva comunicou que a CNTI realizará
88 uma homenagem a Conselheira Maria da Penha Mara Fernandes na *live* de encerramento do Agosto
89 Lilás. Relatou que, na reunião do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), foi suspensa
90 temporariamente a criação do Grupo de Trabalho para apresentação de estudos das condições de
91 trabalho da mulher e do Grupo de Trabalho para apresentação de propostas para criação do estatuto
92 do aprendiz devido à mudança administrativa do Ministério da Economia para o Ministério do
93 Trabalho. Manifestou que o governo recebeu as centrais sindicais pela primeira vez, salientando que
94 estão buscando um canal de diálogo, tendo em vista que não participaram do debate que culminou
95 no retrocesso dos direitos trabalhistas. Acrescentou a CNTI reuniu-se com a Deputada Dorinha, na
96 qual indicou que as mulheres possuem uma pauta que necessita de debate para avançar. A
97 Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra compreendeu que poderá ser realizado um esforço
98 conjunto da SNPM e do CNDM em relação ao ofício de corroboração dos grupos de trabalho. A
99 Conselheira Adélia Moreira Pessoa relatou que foi apreciado o edital de seleção e não de nomeação
100 das novas conselheiras, sendo esclarecida que será realizada a correção no relatório. Prosseguindo à
101 **Câmara Técnica do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, a Conselheira Vanja Andrea
102 Reis dos Santos elencou os membros presentes na reunião realizada no dia 25 de agosto de 2021 e
103 discorreu que foi debatido o seguinte item de pauta: Item 1. Balanço dos principais resultados
104 oriundos dessa Câmara no último ano: a) Foram realizadas cinco plenárias regionais com os
105 conselhos estaduais para debater sobre as políticas para mulheres e falar sobre a 5ª Conferência. Foi
106 realizada uma Plenária Nacional e ainda, como resultado da plenária, foi apresentada uma proposta
107 de adiar a 5ª Conferência sem tempo determinado, até que a saúde sanitária retorne. Também foi
108 proposta a realização de plenárias nacionais três vezes ao ano com esses conselhos estaduais; b) Foi
109 aprovada a criação de um grupo de trabalho para análise das Políticas Públicas para as Mulheres no
110 Brasil a partir da 4ª Conferência Nacional com a participação das Câmaras Técnicas e dos
111 conselhos nacionais das OPM's; c) Propostas de melhoramento para a próxima gestão: avançar em
112 trabalhos mais efetivos no sentido de monitorar, propor e avaliar como políticas voltadas às
113 mulheres sejam via MMFDH ou qualquer outro ministério; opiniões mais frequentes e ações mais
114 efetivas; e investir na aproximação das instituições que atuam em defesa e na construção de
115 políticas para as mulheres. Afirmou que não podem desperdiçar nenhuma participação nesse

116 conselho, salientando a importância de todos os conselheiros participarem das câmaras. Passando à
117 **Câmara Técnica de Assuntos Internacionais**, a Conselheira Celina Alves Padilha Arêas informou
118 que a Câmara elaborou um relatório da sua atuação que já foi aprovado pelo pleno na última
119 reunião, ponderando que a proposta é encaminhá-lo aos novos conselheiros para conhecimento.
120 Ressaltou que o CNDM precisa fazer um debate profundo da conjuntura vivida, especialmente,
121 referente à Medida Provisória nº 1045 e à PEC nº 32. Dando início ao relato, elencou os membros
122 presentes e as justificativas de ausência na reunião realizada no dia 25 de agosto de 2021 e
123 discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Leitura do relatório da reunião
124 desta Câmara Técnica Internacional realizada em 26 de maio de 2021, a qual faz um apanhado
125 sobre a participação do MMFDH na 65ª CSW, e reuniões do MERCOSUL, a saber: a Reunião de
126 Ministras e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL (RMAAM) e a Comissão Permanente de
127 Gênero e Direitos Humanos das Mulheres (CP-GDHM) e da Reunião de Altas Autoridades de
128 Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados (RAADH). Nesse
129 sentido, a CTI: a) Referendou o relato e as problematizações que haviam sido apresentadas no
130 relatório da reunião em questão, inclusive com a aprovação das duas novas integrantes desta CTI, a
131 saber: a Conselheira Gláucia Rosas e a Conselheira Adriana Rosa; b) Solicitou, à representante da
132 Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), o vídeo da Ministra Damares Alves, que
133 foi apresentado na 65ª CSW. As Conselheiras reivindicam o espaço de participação para a
134 sociedade civil; c) Solicitou à representante da SNPM que disponibilizar calendário antecipado dos
135 eventos internacionais sobre mulheres, e que tenham participação do Estado Brasileiro. Item 2.
136 Apresentação de informações sobre as reuniões sobre as mulheres do MERCOSUL, RAADH e
137 RMAAM, que será realizada neste segundo semestre de 2021, sob a Presidência *Pro Tempore* do
138 Brasil. Nesse sentido: a) A representante da SNPM informou que a RAADH acontecerá entre os
139 dias 1º e 19 de outubro de 2021, sendo que um CP-GDHM possivelmente acontecerá no dia 15 do
140 mesmo dia. A servidora informou, também, sobre a reunião preparatória que ocorreu na data de
141 ontem, dia 24/08/2021, entre os países do Bloco, ocasião na qual ficaram definidos três assuntos de
142 destaque que devem compor o novo Programa de Trabalho da CP- GDHM, a saber: participação
143 das mulheres e liderança em expansão, sistemas de atenção e combate ao tráfico de mulheres. Foi
144 falado, também, do espaço de participação para a sociedade civil; b) Sobre a RMAAM, a
145 representante da SNPM informou que a reunião acontecerá entre os dias 25 a 27 de outubro de
146 2021, e que a agenda da reunião ainda está em fase de elaboração pela Secretaria. A servidora

147 destacou que está em andamento a finalização da Campanha Contra o Tráfico de Pessoas, que
148 deverá ser lançado na próxima reunião. Foi falado, também, do espaço de participação para a
149 sociedade civil; c) A partir das informações sobre a RAADH e o RMAAM, a CTI propôs levar ao
150 Pleno a sugestão de que as organizações que compõem o busquem participar dessas reuniões,
151 apresentando, por escrito, documento sobre o tema em debate, se preparando primeiro e realizando a
152 inscrição quando o período for aberto pela organização das reuniões. Nesse sentido, e sem prejuízo
153 da participação individual de cada entidade, esta CTI sugere que o Pleno elabore um documento
154 sobre a situação das mulheres no Brasil, com a participação das organizações que o compõem, até o
155 dia 20 de setembro próximo, para ser levado em nome do CNDM para apresentação nos espaços
156 reservados à participação da sociedade civil durante as próximas reuniões da RAADH e RMAAM.
157 O documento será compilado e finalizado pelas Conselheiras Adriana Rosa e Gláucia Rosas e,
158 sugeriu-se, também, que a Conselheira Laudelina Inácio componha o grupo; d) Em adição, ainda no
159 escopo do MERCOSUL, a Conselheira Maria Angélica, da SNPIR, prestou informações sobre a
160 realização da reunião da Comissão Permanente Discriminação, Racismo e Xenofobia, de
161 coordenação do órgão, no escopo também da RAADH. A data da reunião ainda não está
162 confirmada, mas foi sugerido o dia 14 de outubro. A proposta de pauta de busca dar continuidade
163 aos assuntos já iniciados e envolve a avaliação do cumprimento do Plano de Trabalho da Comissão
164 e elaboração do próximo plano (2022-2023). A Conselheira também informou sobre a realização
165 da RAFRO (Reunião de Ministros Altas Autoridades do MERCOSUL sobre e Afrodescendentes),
166 que ocorrerá entre 20 e 21 de outubro. Na pauta está prevista uma apresentação de ações no âmbito
167 da Década Internacional dos Afrodescendentes (acompanhamento à consulta pública realizada pelo
168 IPPDH na PPTA); atualização sobre o estado da pandemia na região (vacinação, controle);
169 compartilhamento de boas práticas para superação da situação provocada pela pandemia;
170 recomendação de parágrafo para o comunicado dos presidentes do MERCOSUL para elevar à
171 consideração do FCCP. Ainda, no âmbito da RAFRO será organizado um Webinar com o título de
172 "Pilares legais e institucionais das Políticas de Igualdade Racial no Brasil". Da mesma forma, a
173 Conselheira informou que ambas as reuniões contam com momentos reservados para a participação
174 da Sociedade Civil. Ao final, as Conselheiras já participantes da CTI deram como boas-vindas e
175 manifestaram satisfação com a chegada das novas conselheiras e agradeceram a servidora Juliana
176 Mendes Rodrigues pela dedicação e presteza com que sempre atendeu à Câmara Técnica. Abrindo
177 para manifestações, a Conselheira Adriana Rosa dos Santos destacou a importância do Fórum de

178 Mulheres do MERCOSUL, que é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e supra-
179 apartidária. Entendeu que é importante realizar eleições das Câmaras Técnicas antes das reuniões do
180 MERCOSUL, já que o Brasil está com sua presidência pro-tempore, para que possam elaborar os
181 documentos para apresentação na RMAAM. A Conselheira Glaucia Fátima Barban Morelli inferiu
182 que poderiam considerar a questão do Talibã, incluindo as explicações como apontamento da
183 própria CTI. A Conselheira Andremara dos Santos postulou sobre a necessidade de traçar uma
184 pauta de ação respaldada em atos normativos para assegurar a participação efetiva, demarcando a
185 posição de defesa dos direitos das mulheres. A Conselheira Adélia Moreira Pessoa retificou as falas
186 anteriores e solicitou que todas as siglas fossem colocadas por extenso. Relatou que é necessário
187 discutir sobre as convenções internacionais ratificadas pelo Brasil que não estão sendo cumpridas.
188 A Conselheira Laudelina Inácio da Silva observou que não estão tendo abertura e nem tempo hábil
189 para estarem à frente dessas reuniões, sugerindo que a atuação gestão da Câmara Técnica reúna-se
190 informalmente para elaborar todos os documentos necessários para participação. Prosseguindo à
191 **Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento**, a Conselheira Mara Luzia Feltes elencou os
192 membros presentes e as justificativas de ausência na reunião realizada no dia 25 de agosto de 2021
193 e relatou que foi debatido o seguinte item de pauta: Item 1. Balanço da Gestão da Câmara de
194 Planejamento e Orçamento: a) Em todas as reuniões da Câmara Técnica esteve presente o
195 coordenador do orçamento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que
196 apresenta em todas as reuniões o orçamento e ações da Secretaria Nacional de Políticas para as
197 Mulheres e tira como dúvidas, o que não ocorria antes; b) Também foi realizada uma reunião desta
198 Câmara, de forma extraordinária, aberta a todo o pleno do CNDM para que as conselheiras
199 pudessem tomar ciência do orçamento e tirar dúvidas, levando clareza; c) Teve assiduidade da
200 maioria de seus integrantes em suas reuniões, o que demonstra o compromisso com esta; d) Em
201 todas as reuniões do pleno foi feito a leitura do relatório das atividades realizadas na Câmara e
202 enviado como planilhas por *e-mail* a todos os conselheiros; e) E de forma geral está Câmara
203 concluiu seu papel de prestar apoio e subsidiar o pleno do CNDM. Abrindo para manifestações, a
204 Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra lembrou que será apresentado o orçamento do
205 exercício de 2021 e explicou que Secretaria de Orçamento do MMFDH trabalha com a atualização
206 do orçamento diária por meio de um *Power BI* de acordo com as informações do Tesouro Nacional,
207 destacando o seu trabalho. Informou que as eleições dos membros das câmaras técnicas estão
208 previstas para a próxima reunião. A Conselheira Glaucia Fátima Barban Morelli indagou se a

209 Câmara Técnica realizou uma análise referente à baixa execução do orçamento da SNPM. A
210 Conselheira Mara Luzia Feltes informou que a Câmara não tratou desse assunto na sua reunião,
211 destacando a necessidade de sanar essa dúvida durante a apresentação do orçamento no período da
212 tarde. Prosseguindo à **eleição da Emérita e 3 (três) conselheiras de notório conhecimento**, foram
213 feitos os esclarecimentos iniciais e colocou-se em processo de votação a recondução da Conselheira
214 Maria da Penha Mara Fernandes como conselheira emérita, a qual foi aprovada por unanimidade. A
215 Conselheira Maria da Penha Mara Fernandes agradeceu pela indicação e externou a sua satisfação
216 por fazer parte desse Conselho. Em seguida, foram apresentados os seguintes currículos das
217 indicações para conselheiras de notório saber: Luanda Morais Pires de Castro, Alice Bianchini,
218 Andremara dos Santos, Bárbara Livio, Célia Regina, Débora Mafra e Olgamir Amancia. Realizado
219 o processo de eleição, foram eleitas: Andremara dos Santos (25 votos); Alice Bianchini (16 votos);
220 e Luanda Morais Pires de Castro (14 votos). Passando à **apresentação do orçamento**, a Sra.
221 Lorena apresentou a planilha com todas as ações orçamentária da SNPM, explicando sobre os
222 valores da dotação atualizada, das despesas implementadas e das despesas pagas. Destacou que a
223 dotação atualizada totalizou R\$ 61.344.897,24, sendo empenhado R\$ 19.301.839,88 e pago R\$
224 281.514,69. Feitos os esclarecimentos aos questionamentos realizados pelas conselheiras,
225 apresentou-se o Painel *BI* de 2019 e de 2020 para maiores esclarecimentos, destacando que houve
226 restos a pagar no valor R\$ 30.264.593,37 em 2019 e R\$ 261.978.168,39 em 2020. Diante os
227 questionamentos, a Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra sugeriu que as planilhas
228 apresentadas fossem encaminhadas às conselheiras, juntamente com o relatório de emendas
229 destinadas à SNPM, o que foi aprovado. Relatou que havia cerca de R\$ 7.000.000,00 em emendas
230 com pendências, sendo que os parlamentares foram oficiados para regulamentação na janela
231 orçamentária prevista para o mês de setembro. Reforçada a importância de analisar as tabelas
232 apresentadas e do encaminhamento das dúvidas e demandas pelas conselheiras para apreciação da
233 Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento, a Conselheira Evelin Cavalini Santana solicitou o
234 envio de planilha filtrada com os valores empenhados para implementação de Casas da Mulher
235 Brasileira nos exercícios de 2020 e 2021, excluindo as já existentes e de planilha filtrada com os
236 valores empenhados ao enfrentamento a homofobia e ao apoio da causa LGBT nos exercícios de
237 2020 e 2021. A Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra agradeceu a presença das convidadas
238 e entendeu que seria importante compartilhar a Portaria nº 424 para verificação das exigências
239 legais para repasse dos recursos financeiros empenhados. Dando sequência, passou-se a

240 **apresentação sobre a Casa da Mulher Brasileira.** A Sra. Valéria discorreu que a Casa da Mulher
241 Brasileira (CBM) faz parte do Programa Mulher Segura e Protegida (PMSP) com o objetivo de
242 integrar os serviços com base na lei “Maria da Penha”. Elencou as ações necessárias para execução
243 das ações do Programa, sendo: a) Programação orçamentária para execução indireta – contrato de
244 repasse ou convênio; b) assinatura de acordo de cooperação do Programa Mulher Segura e
245 Protegida. Explanou sobre as diferenciais da Casa da Mulher Brasileira (missão, diretrizes de
246 atendimento, projeto original – tipologia I, instalações, novos modelos e novas tipologias,
247 investimentos previstos, principais fases de implementação por construção). Expôs o painel de
248 monitoramento dos recursos destinados e contratos de 2019/2020 para novas unidades de CBM,
249 afirmando que será enviada aos conselheiros. Registrou o número total de atendimento realizado
250 pelas Casas existentes e o número de mulheres que foram a CMB pela primeira vez no 1º semestre
251 de 2021 por município e estado. Abrindo para manifestações, a Conselheira Andremara dos Santos
252 questionou se existe alguma vara de medidas protetiva exclusiva, além da existente na CBM de
253 Campo Grande, sendo esclarecida que não há essa informação nesse momento, porém, será buscada
254 para sanar essa dúvida. A Conselheira Glaucia Fátima Barban Morelli indagou qual o tipo de
255 convênio que permite o repasse de recurso em uma parcela, sendo explicado que a Portaria nº 424
256 traz os critérios necessários para cada nível de investimento. Feitos os esclarecimentos sobre o
257 processo de implantação das CBMs de Fortaleza e de Sergipe, a Conselheira Adriana Rodrigues
258 Martins questionou sobre a possibilidade dos municípios realizarem consócio para executar o
259 projeto, sendo afirmado que existe essa possibilidade, que inclusive já está sendo utilizada por
260 alguns municípios. Antes de iniciar o próximo item de pauta, a Presidente Substituta Viviane
261 Fernanda Dutra informou que a Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos teve que se ausentar da
262 reunião e concordou em fazer a discussão das sugestões de melhoria de gestão por meio de
263 formulário via *e-mail*. A Conselheira Laudelina Inácio da Silva solicitou que fosse realizada reunião
264 extraordinária até o dia 15 setembro para composição das Câmaras Técnicas e a Sra. Maria Crislane
265 Pinto Pereira explicou que Câmara Técnica de Política discutirá metodologia dessa composição,
266 para que possam decidir como será viabilizada. Reforçada a necessidade da realização da reunião
267 extraordinária pelas demais conselheiras, a Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra acatou a
268 sugestão, todavia, solicitou que a questão fosse levada à Presidente Cristiane Rodrigues Britto para
269 definição de data ainda no mês de setembro. A Conselheira Mara Luzia Feltes registrou a ausência
270 da Conselheira Chopelly Gludystton Pereira dos Santos devido ao falecimento de uma companheira

271 transexual. Prosseguindo para a **apresentação do Programa “Abrace o Marajó”**, a Presidente
272 Substituta Viviane Fernanda Dutra destacou que o Programa tem por objetivo melhorar o padrão de
273 desenvolvimento humano dos 16 municípios que compõem o Arquipélago de Marajó através de
274 uma ação intersetorial e interministerial coordenada pelo MMFDH. Explanou sobre o Plano de
275 Ação aprovado pelo Comitê Gestor do Programa por meio de carta compromisso do que se pretende
276 entregar e apresentou os objetivos e estrutura do plano de ação dos seguintes projetos: Mães Unidas
277 do Marajó, Casa da Mulher Brasileira e Mulheres Escalpeladas. Abrindo para manifestações, a
278 Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques discorreu que o projeto é muito interessante,
279 entretanto, observou que os recursos são oriundos apenas de parcerias. Sendo esclarecido que o
280 Programa Abrace Marajó possui recursos discricionários do MMFDH, a Conselheira Laudelina
281 Inácio da Silva solicitou autorização para elaboração da moção em relação à violação dos direitos
282 das mulheres do Afeganistão com auxílio de duas conselheiras. A Presidente Substituta Viviane
283 Fernanda Dutra explanou que essa provocação pode ser realizada diretamente na Câmara Técnica.
284 Colocaram-se a disposição para contribuir na elaboração da moção as Conselheiras Eunice
285 Aparecida da Cruz, Adriana Rosa dos Santos e Andremara dos Santos. A Conselheira Glauca
286 Fátima Barban Morelli informou que apresentou uma moção sobre a distribuição de absorventes
287 higiênicos nos postos de saúde, questionando sobre a possibilidade de aprovação nesse momento ou
288 da realização de consulta por *e-mail* para aprovação até a próxima semana para que seja realizada
289 uma incidência política no Senado Federal. Diante o horário avançado, a Presidente Substituta
290 Viviane Fernanda Dutra propôs que a votação da moção fosse realizada por *e-mail*, o que foi
291 acatado. Finalizada a pauta, a Presidente Substituta Viviane Fernanda Dutra deu por encerrada a
292 reunião, agradecendo a presença e a participação de todos.